

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001690/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/07/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031220/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.009246/2019-11
DATA DO PROTOCOLO: 09/07/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MATA, CNPJ n. 90.140.450/0001-72, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABRICIO MURINI;

E

SINDICATO RURAL DE MATA, CNPJ n. 90.140.294/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLAUDIO ROBERTO RIGO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES RURAIS**, com abrangência territorial em **Mata/RS**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL**

Os integrantes da categoria profissional terão uma reposição de 4,59% (quatro vírgula cinquenta e nove por cento) sobre os salários de 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DA CATEGORIA

O salário da categoria a partir de 1º de janeiro de 2018 será de R\$ 1.297,00 (um mil e duzentos e noventa e sete reais).

As diferenças salariais decorrentes desta convenção serão pagas em uma parcela, na folha de junho.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**CLÁUSULA QUINTA - CÓPIA DO RECIBO DE PAGAMENTO**

E obrigatório a entrega ao empregado da cópia do recibo de qualquer tipo de pagamento feito a este inclusive as rescisões de contrato de trabalho e contrato de experiência.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DE CAPATAZ RURAL

O salário do capataz rural será de um salário da categoria acrescido de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único: Será considerado capataz o empregado que tiver sob suas ordens 02 (dois) ou mais empregados.

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO DO TRATORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS COLHEITADEIRA E SECADORES

O salário do tratorista e operador de máquinas colheitadeiras e secadores será de um salário da categoria acrescido de 15% (quinze por cento).

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO DO AGUADOR DE LAVOURA

O salário do aguador de lavoura será de um salário da categoria acrescido de 15% (quinze por cento), mais uma participação de 1% (um por cento) da produção de Lavoura.

Parágrafo único: Considera-se aguador o empregado responsável por todo o processo de aguação, entendido como nivelamento, canais, drenos, taipas, boquetes, comportas e levantes de uma determinada área de lavoura, podendo contar para isso com ajuda de auxiliares, estes não comissionados.

CLÁUSULA NONA - SALÁRIO DO INSEMINADOR

Quando o empregado do estabelecimento exercer o serviço de inseminação, receberá além do salário normal o valor equivalente a um quilo de vaca viva por cada vaca inseminada.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DO ARAMADOR

Todo o empregado que eventualmente fizer serviço de aramados novos ou construção de brétes e mangueiras novas, exceto cercas de lavouras com até cinco fios e cerca elétrica, receberá além do salário normal uma remuneração de 70% (setenta por cento) de seu salário durante os dias que estiver desempenhando esta função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SALÁRIO DO DOMADOR

Todo o empregado que exercer serviço de doma no estabelecimento de animais de propriedade do empregador, receberá além do salário normal, um salário mínimo por animal domado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO DA EMPREGADA RURAL

O salário da empregada rural será de um piso da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SALÁRIO DO CABANHEIRO

O salário do empregado responsável pela cabanha será o da categoria acrescido de 0,5% (meio por cento) sobre as vendas dos produtos da cabanha.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESCONTO DE ALIMENTOS E HABITAÇÃO

Os empregadores que fornecerem alimentação e habitação para seus empregados, desde que autorizados pelos mesmos no início do contrato de trabalho, poderão descontar até 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo nacional a título de alimentação e até 5% (cinco por cento) do salário mínimo nacional a título de habitação.

Parágrafo Único. A os empregados admitidos antes da presente convenção coletiva de trabalho e dos quais não era descontada, alimentação e habitação, fica garantido que durante a vigência da mesma e do contrato de trabalho tais descontos não serão efetuados.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO NATALINA

Salvo na concessão de férias coletivas, os empregadores pagarão 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário ao empregado até o quinto dia do recebimento pelo mesmo do aviso de férias, independente de requerimento.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INSALUBRIDADE

Ao empregado que exercer serviço Rural tanto na pecuária como na agricultura inclusive a cozinheira receberá mensalmente um adicional de insalubridade em grau médio calculado sobre o piso estadual, independente de perícia técnica

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL DE TRABALHO AO DOMINGOS E FERIADOS

As horas de trabalho prestadas em Domingos e feriados deverão ser pagas com adicional de 100% (cem por cento) independente do repouso semanal remunerado.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMISSÕES

Todo o empregado comissionado quando for despedido sem justa causa independente do termino da safra receberá a importância proporcional da comissão ajustada.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXILIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado ficam os empregadores obrigados a custearem os familiares do mesmo a título de auxílio funeral no valor de um salário da categoria.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - REGISTRO DE FUNÇÃO NA CTPS

Todo empregador deverá registrar na CTPS do empregado a efetiva função por ele desempenhada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RETENÇÃO DA CTPS PELO EMPREGADOR

O empregado deverá ter em seu poder a sua CTPS assinada com registros atualizados de qualquer alteração ao contrato de trabalho.

Parágrafo Único: Não poderá o empregador sob hipótese alguma, reter a CTPS do empregado ou deixar de assiná-la fora do prazo previsto em lei, sob pena de pagamento de uma multa diária correspondente a um dia de salário recebido pelo empregado e em favor do mesmo, tanto dias quanto demorar a devolução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL EXTENSIVA AO CONJUGÊ

A rescisão no Contrato de trabalho de um cônjuge companheiro (a). será extensivo ao outro que exerça atividade para o mesmo empregador, desde que o segundo concorde com a extensão.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO DE CONTRATO

Toda rescisão de contrato de trabalho de empregado com tempo igual ou superior a 07 (sete meses) deverá ser feita exclusivamente na presença do Sindicato da categoria, sob pena de nulidade.

Parágrafo Único: Tratando-se de empregado analfabeto, estas deverão ser feitas com qualquer tempo de serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE DO EMPREGADO PARA RESCISÃO

Todo o empregador se obriga por ocasião da desvinculação do empregado do seu estabelecimento, a transportar as sua expensas todos os pertences do empregado e seus familiares ao domicilio de origem do mesmo.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INDUMENTÁRIA DE TRABALHO

Para que possa o empregado desempenhar suas funções o empregador rural deverá fornecer ao empregado todo o material necessário para as lidas cavalo, arreios completos, laço, botas de couro e de borracha, poncho ou capa de chuva, e chapéu.

Parágrafo Único: O empregador que não fornecer os equipamentos estipulados nesta cláusula deverá pagar mensalmente ao empregado a título de indenização, que não incorpora o salário para nenhum efeito legal, 10% (dez por cento) sobre o salário da categoria.

ESTABILIDADE PORTADORES DOENÇA NÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE

Todo o empregado que retornar da previdência por motivo de auxílio doença não decorrente de acidente de trabalho, não poderá ser demitido sem justa causa pelo período de 90 (noventa) dias após a alta médica.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA EM VÉSPERA DE APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade no emprego pelo período de 08 (oito meses) ao direito adquirido a aposentadoria voluntária ou por idade ao empregado que trabalhar a mais de três anos, para o mesmo empregador, desde que comunique formalmente o mesmo.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRATURNO

Durante a época de colheita, poderá ser adotado o intervalo intraturno mínimo de 30(trinta) minutos.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS

Os empregadores não descontarão de seus empregados as faltas ao serviço até o limite de uma por mês desde que justificadas por atestado médico para atendimento de saúde de filhos menor de idade, cônjuges ou companheiro(a).

Parágrafo Único: Fica assegurado ao empregado o direito de dispensa de meio dia de trabalho por mês, podendo este ser negociado de comum acordo entre as partes.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FERIAS PROPORCIONAIS

São devidas férias proporcionais a o empregado com menos de um ano de serviço que pedir demissão.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

O empregador é obrigado a deixar a disposição dos empregados os equipamentos de proteção adequados para cada atividade, que deverão ser obrigatoriamente usados pelo empregado.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PRIMEIROS SOCORROS

Todo o empregador se obriga a manter em seu estabelecimento a disposição de seus empregados uma caixa de medicamentos de primeiros socorros.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA PARA A ASSEMBLÉIA

Sempre que houver convocação dos Trabalhadores Rurais do Município de Mata para participar de Assembléias convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste Município não poderá o empregador impedir a presença de seus empregados nem descontar o dia utilizado para este fim, devendo permanecer no estabelecimento 30% (trinta por cento) dos empregados.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS

Os empregadores assinam a obrigação de descontar mensalmente em folha de pagamento 1% (um por cento) do salário base de seus empregados conforme ficou aprovado legalmente em assembléia geral extraordinária da categoria e recolher os valores a agencia do Banrisul ou Bansicredi em guias emitidas pela FETAG e distribuída pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro. O não recolhimento no prazo estipulado acarretara multa de 10% (dez por cento) sem prejuízo da correção legal.

Parágrafo Segundo. Os empregados poderão se opor ao desconto perante ao empregador até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado de acordo com a presente convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Terceiro. Caso haja oposição ao desconto por parte do empregado esta deverá ser feita por escrito devendo ser homologado pelo sindicato da categoria na presença do empregado interessado.

Parágrafo Quarto. A vigência desta cláusula será a partir de julho de 2019(folha salarial a ser paga até o 5º dia útil de agosto de 2019).

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA MULTA

As empresas que descumprirem cláusulas desta convenção pagarão multa equivalente a 2% (dois por cento) do salário do empregado prejudicado e em benefício de mesmo, desde que não possua a cláusula multa específica.

**FABRICIO MURINI
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MATA**

**CLAUDIO ROBERTO RIGO
PRESIDENTE
SINDICATO RURAL DE MATA**

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.